



Jornal Negócios 11-06-2019	Periodicidade: Diário	Temática: Economia
	Classe: Economia/Negócios	Dimensão: 4844 cm ²
	Âmbito: Nacional	Imagem: S/Cor
	Tiragem: 12747	Página (s): 1/4 a 7



Alexandre Azevedo

ANTÓNIO MAIA VICE-PRESIDENTE DO OBEGEF

“Portugal está mais preocupado em punir o denunciante”

O vice-presidente do Observatório de Economia e Gestão da Fraude da Universidade do Porto afirma que estatuto do denunciante pode criar uma “nova dinâmica” na luta contra a corrupção.

SUSANA PAULA

susanapaula@negocios.pt

ROSÁRIO LIRA, ANTENA 1

ALEXANDRE AZEVEDO

Fotografia

António Maia, vice-presidente do Observatório de Economia e Gestão da Fraude da Universidade do Porto (OBEGEF), afirma que o estatuto do denunciante pode dar uma “nova dinâmica” à luta contra a corrupção. E critica o facto de, no caso Football Leaks, se tenha preferido em Portugal dar mais destaque à forma como a informação foi obtida, do que ao seu conteúdo.

As estruturas de investigação estão mais apetrechadas para o combate à corrupção?

O que vamos ouvindo é a falta de meios, sobretudo meios humanos. Mas há outra dimensão que é a da sociedade civil. E em relação a Portugal há um aspeto importante. Há um estudo da Universidade de Gotemburgo que avalia o índice de democracia [...] e no indicador que mede a participação dos cidadãos, Portugal piora. Isto significa que a nossa sociedade civil está muito comodamente no sofá à espera que outros façam alguma coisa. A postura, a atitude do cidadão, desde logo o seu exemplo de ser cada vez mais íntegro, a sua capacidade de chamar à atenção de quem está à sua volta, de denunciar porventura os casos de corrupção [...]. A direti-

va europeia recentemente aprovada em relação à proteção de testemunhas é importante e estamos expectantes relativamente à forma como Portugal a vai adotar. Porque pode criar um mecanismo que agilize um maior potencial de haver denúncias destas situações para que em conjunto, entre instituições públicas e sociedades civis, consigamos de facto criar uma nova ou outra dinâmica social relativamente ao controlo da corrupção.

Com o estatuto de denunciante, haverá mais gente disponível para denunciar possíveis casos de corrupção? De que forma é que as pessoas têm força e à vontade para o fazer se depois não tiverem proteção da justiça?

Pois, é isso. Esta diretiva europeia de alguma maneira procura encontrar soluções que protejam aqueles que estão disponíveis para denunciar e que têm elementos para denunciar. Vamos ver como é

que Portugal vai agilizar o normativo interno à luz dessa diretiva. Ela é importante, mas não é tudo. Não é só com mais denúncias que o fenómeno se altera. Há aqui um conjunto de fatores que não exclui nenhum de nós relativamente a mudar essencialmente a atitude perante a vida, os outros, as instituições. Esse caminho acaba por induzir maior confiança.

Concorda portanto com o estatuto do denunciante?

Faz sentido. Tem é que ser alinhado no sentido de oferecer garantias de segurança, para que as pessoas fiquem mais tranquilas.

Pelo menos Portugal terá de transpor a diretiva?

Sim, mas depois tem de a concretizar. Se continuarmos a ter um quadro em que as pessoas que denunciam se sentem tendencialmente desacompanhadas ou desprotegidas, das duas uma: ou não denunciam ou denunciam sob a forma de

anonimato, o que não é necessariamente mau mas tem um efeito complicado de gerir [...]. A probabilidade de se encontrarem elementos de prova fica muito reduzida. Por outro lado, não podemos também deixar de considerar, porque isso existe e vai continuar a existir, que muitas vezes as denúncias não têm nada por trás. Ou seja, é apenas porque não gosto daquelas pessoas porque ela teve um desentendimento comigo. Ou até como arma que é utilizada no contexto do jogo político, como arma de arremesso, e fazem-se denúncias anónimas que, na verdade, não têm nada por trás.

Teme que se fique a meio caminho na transposição da lei? Ou seja, que efetivamente a proteção que vai ser dada não seja absoluta e que permita uma denúncia com 100% de garantias.

Espero que consigamos encontrar uma solução normativa que corresponda tanto quanto possível àquilo que a diretiva pretende. Consideramos que um dos passos fundamentais para contribuir para melhor controlar a corrupção é de facto existirem melhores e mais eficazes mecanismos de denúncia, desde logo a proteção. Muitas vezes o denunciante está próximo dos procedimentos e, portanto, tem uma informação privilegiada que, partilhada com quem tem o poder de investigar, pode levar, nos casos de haver provas, à punição. Portanto, proteger a testemunha, dar-lhe confiança de que não está em risco de sofrer na pele eventuais efeitos se for identificada a origem da denúncia. O

problema é que não é o facto de existir uma lei [só por si] que traduz a impossibilidade de as pessoas serem punidas.

O caso do Rui Pinto, do seu ponto de vista, caberia dentro deste estatuto de denunciante agora aprovado no Parlamento Europeu?

Talvez. Porque de facto os elementos que ele trouxe ao público são casos que indiciam situações de fraude com grande gravidade. Um mecanismo que está mais preocupado em punir o mensageiro, em detrimento de avaliarmos a mensagem, é uma questão que tem de ser avaliada. Mas também consideramos que neste jogo não pode valer tudo. É preciso também algum equilíbrio. Mas, neste caso, aliás há países europeus que consideram que a opção que foi tomada aqui foi mais em favor de proteger de facto a informação e menos, digamos assim, o conteúdo da mesma. O que nos prejudica como sociedade. ■

“A nossa sociedade civil está muito comodamente no sofá à espera que os outros façam.”

“A diretiva europeia [pode] criar uma nova dinâmica de controlo da corrupção.”





“O ideal era mesmo acabar com a Zona Franca da Madeira”

PERFIL

Corrupção: 25 anos de luta

António Maia defende que os cidadãos devem exigir mais transparência e que, por isso, os territórios com regimes fiscais favoráveis, como a Zona Franca da Madeira, não fazem sentido. Além disso, as comissões de inquérito são positivas pela transparência que trazem e pelos lapsos que expõem.

Territórios como a Zona Franca da Madeira, que são vistos como muito opacos, ainda fazem sentido?

Se quisermos mais transparência não faz sentido que existam as chamadas zonas offshore. São de facto zonas sombra que acabam

por se constituir como importantes abrigos para esta grande criminalidade organizada, para o branqueamento de capitais que está associada à corrupção e a outros fenómenos de crimes, tráfico de armas, de drogas. O ideal era acabar mesmo com isso.

Mesmo que tragam alguma receita fiscal para a região?

O que acrescentam fica claramente aquém daquilo que toda a sociedade ganharia se essas zonas de proteção fiscal não existissem. Mas esta é uma medida, claramente, que só faz sentido se for adotada em termos globais, porque se

um estado por si só adotar essa medida fica a perder desse ponto de vista. Tem de ser toda a comunidade internacional a dar passos nesse sentido. Também aí encontramos discursos, mas depois as zonas offshore continuam a subsistir dentro da Europa.

Outra questão: as comissões de inquérito dão transparência ao sistema?

Acrescentam informação e o facto de todas as sessões serem abertas é bom em termos de transparência. Não significa que se vai saber exatamente o que se passou, evidentemente, mas nas

desconformidades discursivas se calhar vamos ficando às vezes informados enquanto sociedade de que há questões que têm de ser limadas.

No caso desta segunda comissão à CGD colocou-se a questão da lista dos grandes devedores da banca. Ela deve ser realmente conhecida?

Do ponto de vista da transparência é fundamental e devia ser divulgada. Agora, como não conhecemos os conteúdos, temos de considerar que possa existir aqui ou ali algum argumento que pese em sentido contrário. ■

Há 25 anos que António João Maia trabalha no combate à corrupção. Doutorado em Ciências Sociais, na especialidade de Administração Pública, é investigador criminal dos quadros da Polícia Judiciária (com casos associados a corrupção logo em 1994), mas desde 2009 que está em funções no Conselho de Prevenção da Corrupção. É vice-presidente do OBEGEF, uma associação sem fins lucrativos que procura aprofundar o conhecimento sobre a fraude e a corrupção e, assim, contribuir, para a sua prevenção.

ANTÓNIO MAIA VICE-PRESIDENTE OBEGEF

“A corrupção obriga-nos a pagar mais pelo Estado”

A corrupção vale 9% do PIB português, afirma António Maia. A vontade política é fundamental, mas não chega inscrever o combate ao problema nos programas eleitorais. E defende um mapeamento da corrupção.

SUSANA PAULA

susanapaula@negocios.pt

ROSÁRIO LIRA, ANTENA 1

ALEXANDRE AZEVEDO

Fotografia

A corrupção custa cerca de 9% do PIB português e, ao desviar esses montantes, obriga a que os contribuintes tenham de pagar mais para ter o mesmo Estado a funcionar, descreve António Maia. O vice-presidente do OBEGEF critica ainda uma quase resignação da sociedade e defende um mapeamento da corrupção.

Esta semana a Comissão Europeia voltou a alertar para o problema da corrupção em Portugal. A corrupção é efetivamente um problema? Quanto é que custa ao país?

Há um estudo do ano passado do grupo parlamentar dos verdes da UE que estima a corrupção em 18 bilhões de euros, alguma coisa desse género, cerca de 9% do PIB.

Em Portugal também é dessa dimensão relativa?

Sim, Portugal está dentro dos valores médios do estudo. A corrupção tem uma natureza tendencialmente oculta. Portanto os casos conhecidos são uma janela para um fenómeno mais vasto. A mediatização dos casos é positiva, contribui para que a sociedade portuguesa tenha outra consciência. Mas também não deixa de ser negativa porque significa que o problema existe, que nos sai do bolso. Desde logo porque é um fenómeno iminentemente ligado à gestão do Estado. E portanto, sendo um cidadão chamado a contribuir com os seus impostos para que toda esta máquina, o facto de a corrupção existir significa que

nós cidadãos vamos depender mais, vamos ter de pagar mais para que esta máquina funcione.

Essa sensibilização é mais fácil com a dimensão financeira do problema? Há essa noção?

A Transparência Internacional faz estudos, todos os anos, de percepção da corrupção, que incluem também Portugal. E o que os portugueses têm dito é que: Portugal é um país de corruptos, sobretudo se estamos a falar da classe política, porque é sobretudo essa que tende a estar sobre-exposta na mediatização do fenómeno. As pessoas dizem também que a justiça não é capaz de punir o fenómeno e esta percepção de impunidade é um elemento perverso, porque, se calhar, aqueles menos íntegros tendo também esta percepção consigo, de que a justiça que dificilmente despistará o seu caso, isto pode ser um fator que potencie a própria ocorrência do crime. E as pessoas dizem ainda que têm a expectativa de que o problema vá aumentar no futuro. Isto também é perverso. Há aqui quase uma atitude de resignação, aceitação.

Essa aceitação não começa no

Governo quando, por exemplo, veio dizer, em relação a um relatório da OCDE, que o problema da corrupção não era dos mais graves e até tentou fazer com que a palavra corrupção saísse do relatório?

Não sei se podemos fazer essa ligação direta. Presentemente Portugal está a ser objeto de um ciclo de avaliações e no primeiro relatório de avaliação, a GRECO [Grupo de Países Contra a Corrupção do Conselho da Europa] recomendou um conjunto de 15 medidas. Depois, veio reconhecer que dessas medidas apenas uma está parcialmente cumprida. Ou seja: há um reconhecimento internacional de que há necessidade de adotar outro tipo de instrumentos, de dinâmica, e por outro lado parece que não há uma dinamização das estruturas existentes para ir ao encontro dessas recomendações.

E porquê? É falta de vontade política?

A vontade política é um elemento que a academia reconhece como fundamental para controlar a corrupção. A vontade política, a mediatização dos casos e a penalização do

'big fish' [de poderosos] são fatores que contribuem para que a sociedade possa começar a alterar a percepção que tem.

Defende que algumas das medidas propostas pela OCDE sejam colocadas no terreno?

Para que as medidas se tornem eficazes e é preciso que se conheça, tanto quanto possível, o fenómeno. Vai havendo algum conhecimento, mas é muito mais o que resulta dos casos que são mediatizados.

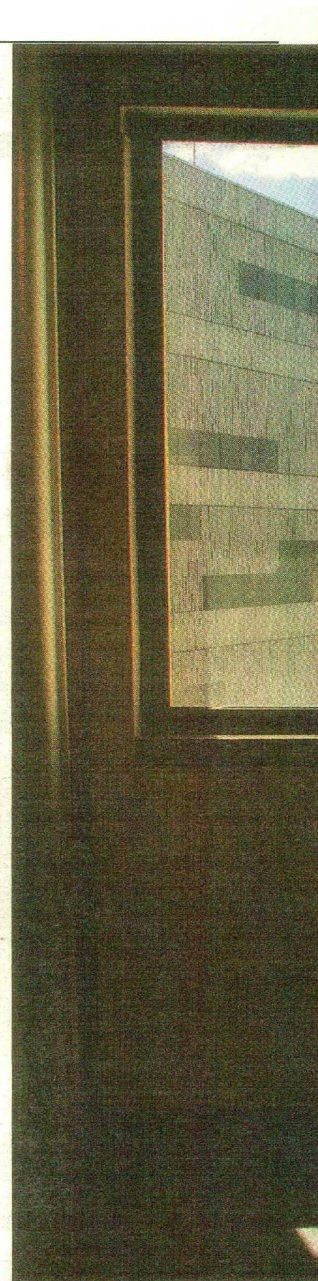
Mas são também os que têm mais dimensão.

Há outros elementos que, se calhar, com olhar crítico e com critérios objetivos, ajudariam desde logo a percebermos qual é efetivamente o nosso problema de corrupção. E esse levantamento não está muito feito. Há um ruído mediático, há uma percepção social que se constrói a partir desse ruído. Depois, a corrupção acaba invariavelmente por ser também utilizada como arma de arremesso no jogo político e na realidade acho que a sociedade não ganha nada com isto. O observatório, a propósito, no âmbito do projeto orçamentário participativo, apresentou o projeto de mapear a corrupção em Portugal. Apresentou-se para, a partir dos casos que estão nos tribunais, fazer um levantamento sobre a caracterização do perfil dos envolvidos, das funções que estavam a ser desenvolvidas... E a verdade é que o projeto acabou por não ser acolhido. Ficámos todos um pouco...

Desapontados?

Desapontados. E aí sim, questionámos internamente até que ponto a corrupção é efetivamente alguma coisa para trabalhar com maior profundidade.

O mapeamento não devia ser feito pelo Governo?



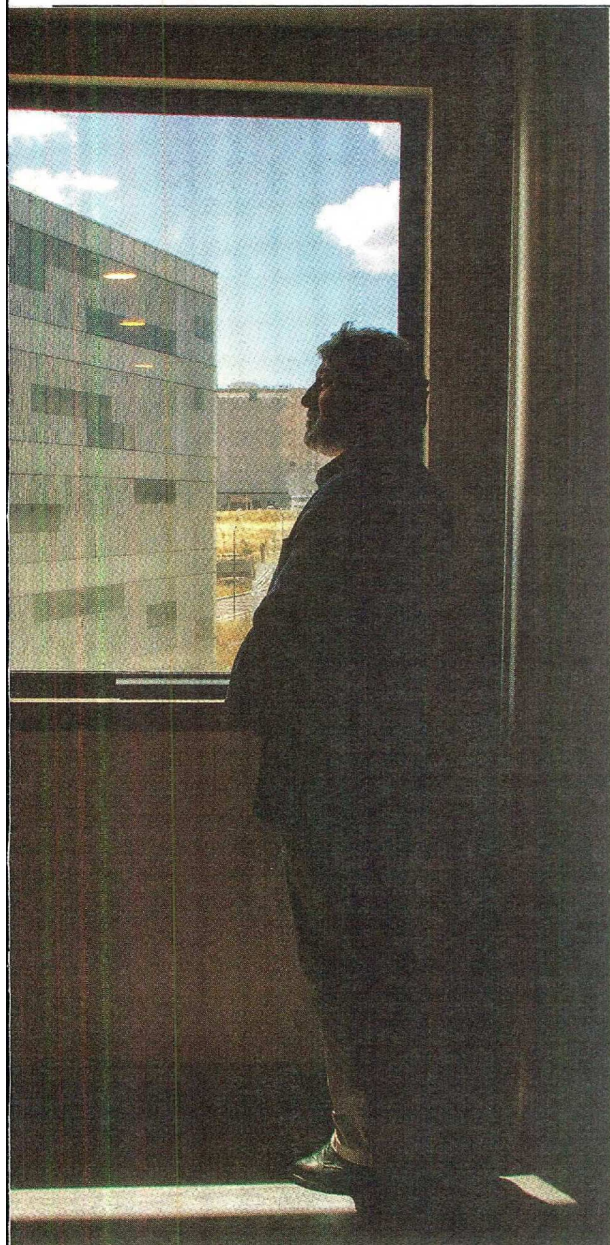
Sim, era e devia ser tratado em termos de políticas públicas. E Portugal tem estruturas para este conhecimento.

O problema da corrupção não tem, entre outras, um dono. Não é justiça, não é administração interna, não é administração pública e no fundo acaba por ninguém tratar dele?

Passa nos intervalos chuva. É um ponto de vista que pode de alguma maneira explicar um pouco isto. Isto acaba por ser um problema que afeta todos os organismos. Há organismos que têm funções concretas quer para prevenir quer para reprimi-

“A vontade política é fundamental para controlar a corrupção.”

“É preciso fazer alguma coisa e não ficar só pelas intenções. O problema só por si não muda.”



“A justiça está a entrar em áreas da sociedade onde há uns anos não ia”

Perante as últimas notícias, por um lado, da dificuldade em cobrar dívidas de milhões a Joe Berardo e, por outro, da cobrança coerciva pelo Fisco à beira da estrada, António Maia admite que possa existir a ideia de que há uma força para os fracos e outra para os fortes. Mas contrapõe que hoje se consegue investigar classes políticas - o que no passado não acontecia.

Como avalia estas últimas notícias sobre a atuação do Fisco, como as ações feitas na estrada e a existência de uma equipa secreta que fotografa os contribuintes para ajudar na abertura de inquéritos?

São questões específicas que têm a ver com as organizações.

Mas o fisco está a agir bem no combate à corrupção e à fraude?

Do que nós sabemos, não estará a agir mal. Até o fenómeno da evasão fiscal parece estar a reduzir-se nomeadamente porque têm sido desenvolvidos instrumentos informáticos e mais transparência. Mas se calhar também é uma área que tem de se melhorar...

Não dá a perceção de que há uma força superior com os fracos do que com os fortes? Sobre tudo depois das notícias do caso Berardo, por exemplo?

É um efeito que pode gerar-se na opinião pública, na perceção social, já se vai falando nisso, numa justiça que é dura com os fracos e que é fraca com os fortes. Mas também por outro lado estamos a ver a justiça, nos últimos anos, a entrar em áreas da sociedade que há uns anos atrás não iria. Os casos podiam não existir,

mas se calhar existiam e se calhar não havia uma dinâmica tão capaz de chegar a níveis tão altos, até das classes políticas. E se calhar até há algum esforço. Mas é uma área que tem de ser mais aprofundada. Temos condenações de ex-titulares de funções políticas, e portanto, apesar de tudo, penso que há sinais de alguma mudança. Mas era preciso, por ventura, outros sinais para que a sociedade ficasse mais robustecida.

A sociedade também olha para a classe política. Quando temos situações de deputados que assinam e não estão, quando temos no governo situações de secretários de Estado que aceitem viagens para ir ver jogos da Seleção... como é que essas pessoas que têm o poder legislativo vão legislar sobre corrupção?

Devem existir instrumentos que estão previstos de prevenção e gestão de conflitos de interesses.

No caso do Governo foi feito um código de conduta.

Foi suficiente?

O código, é preciso dizer, foi um marco. Até outubro de 2016 não havia. Agora dizer que é suficiente relativamente à confiança da sociedade por via de melhorar o controlo do problema... há sempre caminho pela frente.

Que outras medidas é que deveriam ter sido tomadas?

É sempre um território complicado. Passa muito pela conduta. O alertar as pessoas para esta questão.

No caso das ligações familiares no governo, também se discutiu se devia ou não ser legislada essa matéria.

A questão das relações familiares pode em algumas circunstâncias configurar situações de conflitos de interesse e portanto deve ser acautelada tanto quanto possível. Não estamos a dizer que por trás esteja alguma concretização menos lícita, mas o efeito que tem na opinião pública é incrementar a desconfiança e depois de um caso mediatizado a generalizarmos para todos os casos é um saltinho e isto acaba por nos enfraquecer. ■

mir e Portugal tem essas entidades. Mas há um aspeto que é importante e que Portugal ainda não tem muito dinamizado: (...) a sociedade civil, que deve ser mais exigente, querer mais resultados.

A corrupção não é tão visada pelos partidos políticos, mesmo nos seus programas de governo e eleitorais, porque em todos eles há ligações a casos de corrupção?

Não sabemos. O que sabemos, e isso está outra vez a começar a desenharmo-nos, estamos a entrar no calendário eleitoral, é que, invariavelmente,

se olharmos para trás, nas últimas eleições, todas as forças políticas têm alguns nos seus programas eleitorais a luta contra a corrupção como um elemento fundamental. Mas depois chegamos sempre a este outro lado da questão, que é os casos a sucederem-se, a perceção de impunidade, de que o que é mediatizado é o que tem a ver com a política, portanto é esta noção que o cidadão comum tem de que os mesmos se safam sempre. E é preciso fazer alguma coisa de concreto e não ficar apenas pelas intenções de querer mudar o problema, porque ele por si só não muda. ■

“Temos condenações de ex-titulares de funções políticas, penso que há sinais de alguma mudança.”

“O código de conduta do Governo foi um marco.”